

RELATÓRIO DE PROGRESSO SOBRE
A APROVAÇÃO E ENTRADA EM VIGOR DAS
LEIS E DA CONSEQUENTE
REGULAMENTAÇÃO REFERENTE
À 1^A SESSÃO LEGISLATIVA
DA XI LEGISLATURA

15 DE OUTUBRO DE 2009 A 14 DE SETEMBRO DE 2010

RELATÓRIO DE PROGRESSO SOBRE
A APROVAÇÃO E ENTRADA
EM VIGOR DAS LEIS E DA CONSEQUENTE
REGULAMENTAÇÃO REFERENTE
À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA XI LEGISLATURA
(PDF)

INICIATIVA

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar

PESQUISA, RECOLHA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Lisete Gravito

Maria Leitão

TRATAMENTO INFORMÁTICO

Teresa Xavier

EDIÇÃO

Assembleia da República – Divisão de Edições

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Conceição Garvão

Fernando Sequeira

Maria da Luz Dias

CONCEPÇÃO GRÁFICA

José Teófilo Duarte | Filipa Fernandes [DDLX] www.ddlx.pt

Lisboa, Assembleia da República, Março 2011

ISBN

978-972-556-563-6

Índice

Nota Prévia.....	4
Quadro Estatístico - Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação	5
Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril Orçamento do Estado para 2010	7
Quadro Estatístico - Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação	
- Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	8
- Comissão de Orçamento e Finanças	9
- Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	10
- Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia	11
- Comissão de Educação e Ciência	12
- Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações	13
- Comissão de Saúde	14
- Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública	15
- Comissão de Ética, Sociedade e Cultura	16
- Comissão Eventual para o Acompanhamento Político do Fenómeno da Corrupção e para a Análise Integrada de Soluções com vista ao seu Combate.....	17
Diplomas de Regulamentação	18
Notas	31
Abreviaturas Utilizadas	31

Nota Prévia

O presente relatório foi aprovado na reunião de 15 de Dezembro de 2010 da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, tendo os respectivos trabalhos preparatórios sido efectuados na Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar.

Este relatório visa cumprir o disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 21.º do Regimento da Assembleia da República.

Apresenta a seguinte informação:

- As leis publicadas na 1.ª sessão legislativa da XI legislatura e as respectivas normas de regulamentação.

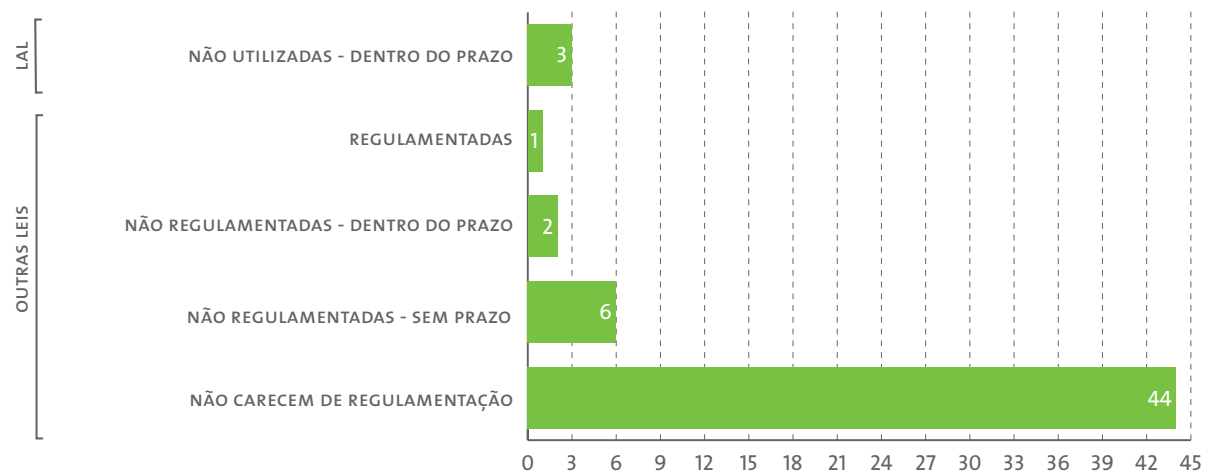
Inclui também gráficos e quadros estatísticos relativos à regulamentação das leis, apresentando os dados de forma genérica e por comissão, destacando-se a Lei do Orçamento do Estado para 2010.

Quadro Estatístico

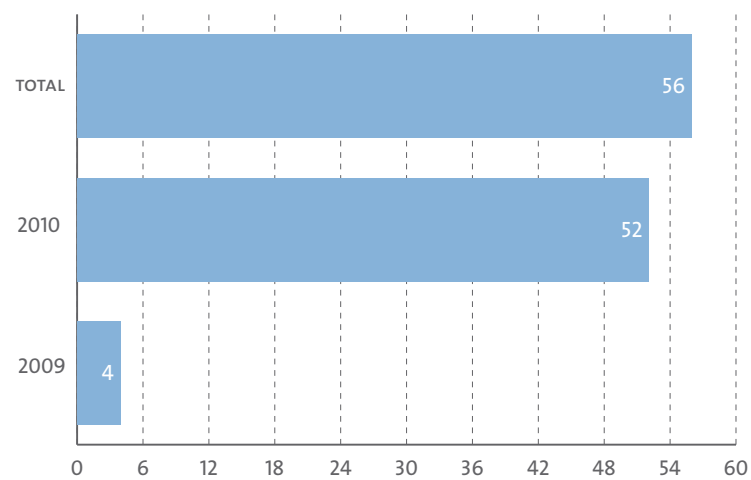
Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

Leis/Anos			2009	2010	Total	
Leis de Autorização Legislativa (LAL)	Não utilizadas	Dentro do prazo	0	3	3	
Outras Leis	Carecem de regulamentação	Regulamentadas	0	1	1	
		Não regulamentadas	Dentro do prazo	0	2	2
			Sem prazo	0	6	6
	Não carecem de regulamentação		4	40	44	
Total			4	52	56	

Leis de Autorização Legislativa | Outras Leis



Leis de Autorização Legislativa | Outras Leis por Ano



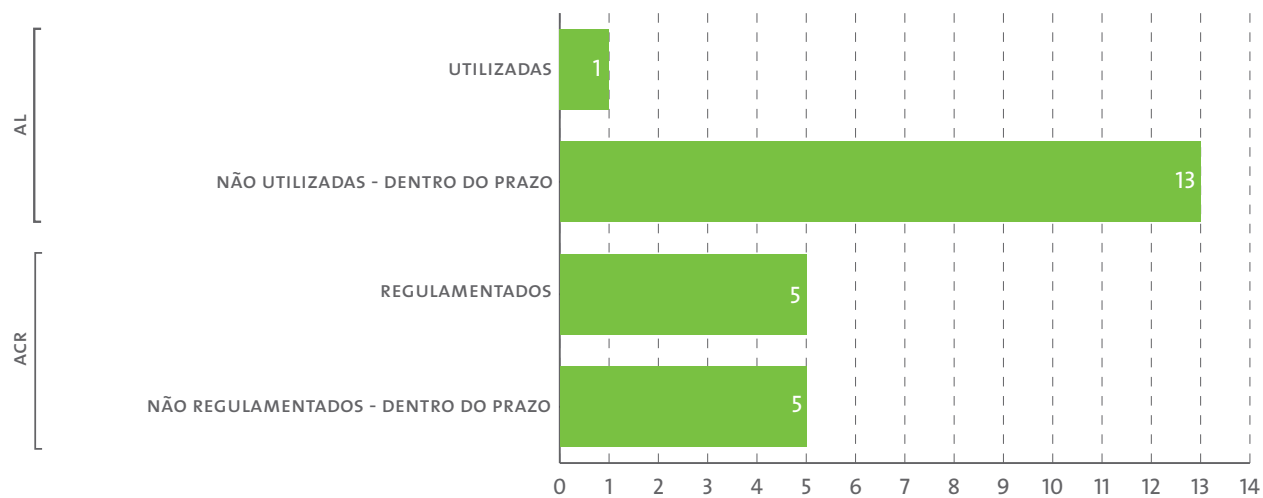
[VOLTAR AO ÍNDICE](#)

Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril

Orçamento do Estado para 2010

Leis/Ano			2010	Total
Autorizações Legislativas (AL)	Utilizadas		1	14
	Não utilizadas	Dentro do prazo	13	
Artigos que carecem de regulamentação (ACR)	Regulamentados		5	10
	Não regulamentados	Dentro do prazo	5	
Total				24

Leis de Autorização Legislativa | Outras Leis



[VOLTAR AO ÍNDICE](#)

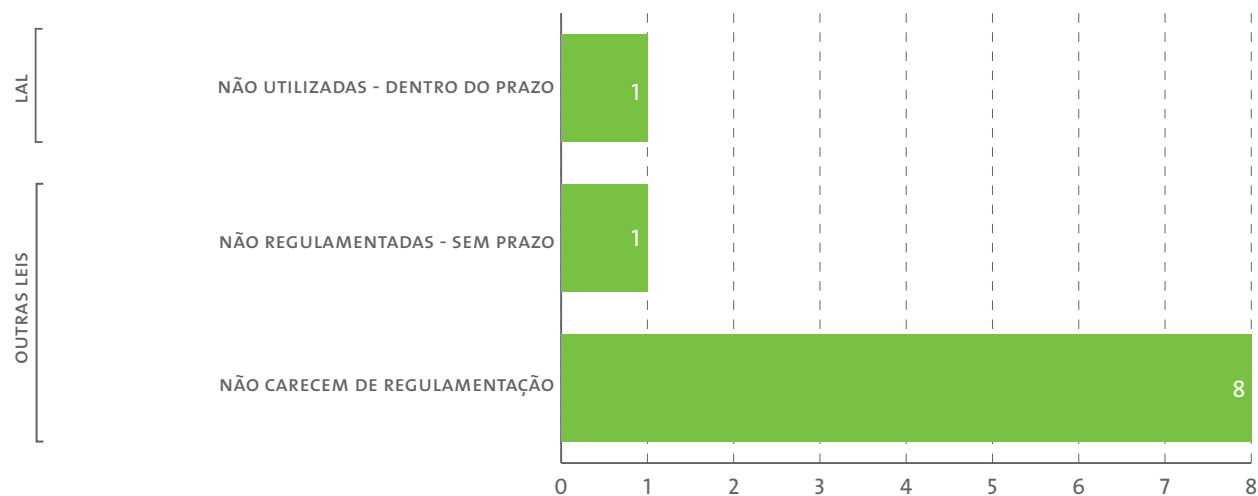
Quadro Estatístico

Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias⁽¹⁾

Leis/Ano			2010	Total	
Leis de Autorização Legislativa (LAL)	Não utilizadas		Dentro do prazo	1	1
Outras Leis	Carecem de regulamentação	Não regulamentadas	Sem prazo	1	1
	Não carecem de regulamentação			8	8
Total			10	10	

Leis de Autorização Legislativa | Outras Leis



[VOLTAR AO ÍNDICE](#)

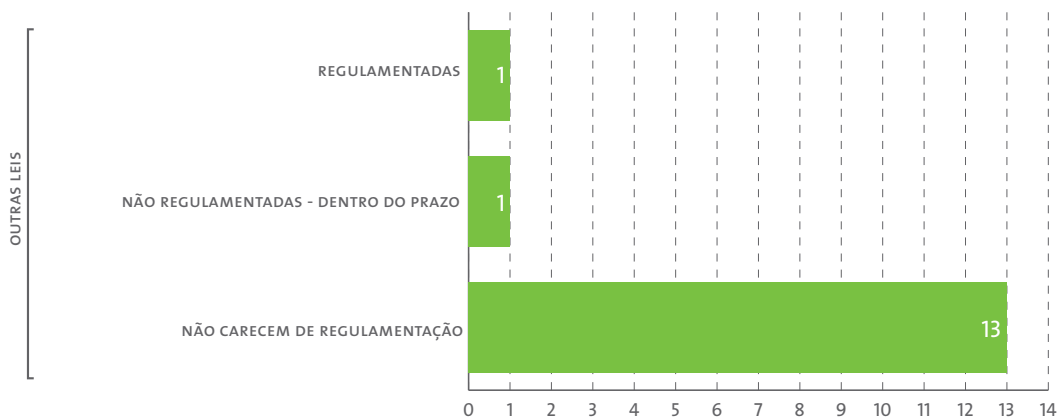
Quadro Estatístico

Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

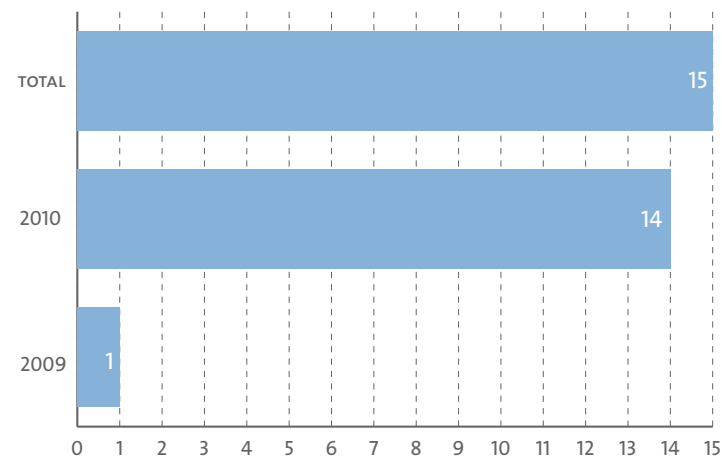
Comissão de Orçamento e Finanças⁽¹⁾

Leis/Ano				2009	2010	Total
Outras Leis	Carecem de regulamentação	Regulamentadas		0	1	1
		Não regulamentadas	Dentro do prazo	0	1	1
	Não carecem de regulamentação			1	12	13
Total				1	14	15

Leis de Autorização Legislativa | Outras Leis



Leis de Autorização Legislativa | Outras Leis por Ano



VOLTAR AO ÍNDICE

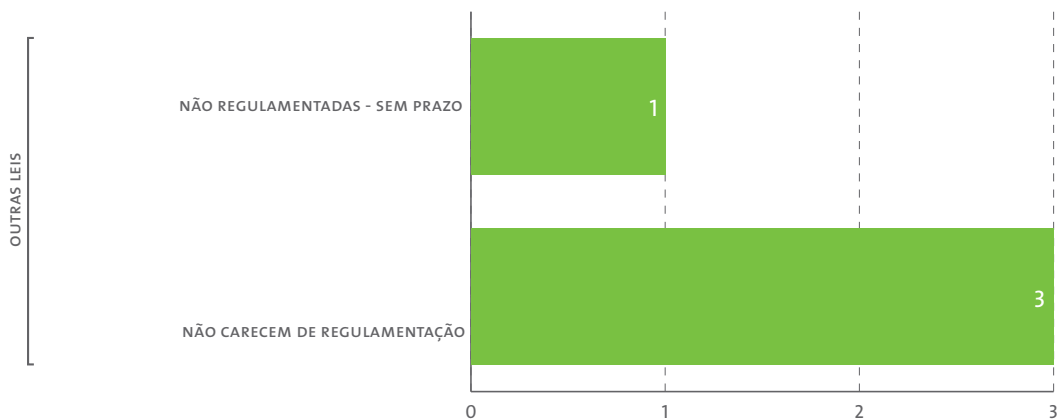
Quadro Estatístico

Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

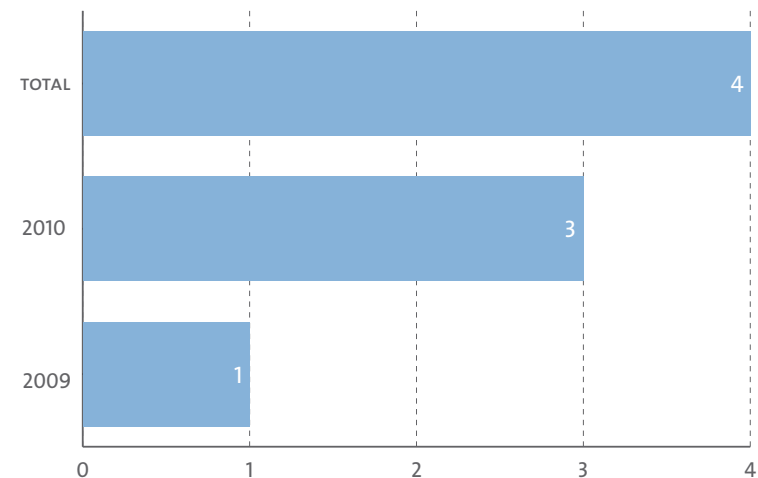
Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local⁽¹⁾

Leis/Anos				2009	2010	Total
Outras Leis	Carecem de regulamentação	Não regulamentados	Sem prazo	0	1	1
	Não carecem de regulamentação			1	2	3
Total				1	3	4

Leis de Autorização Legislativa | Outras Leis



Leis de Autorização Legislativa | Outras Leis por Ano



VOLTAR AO ÍNDICE

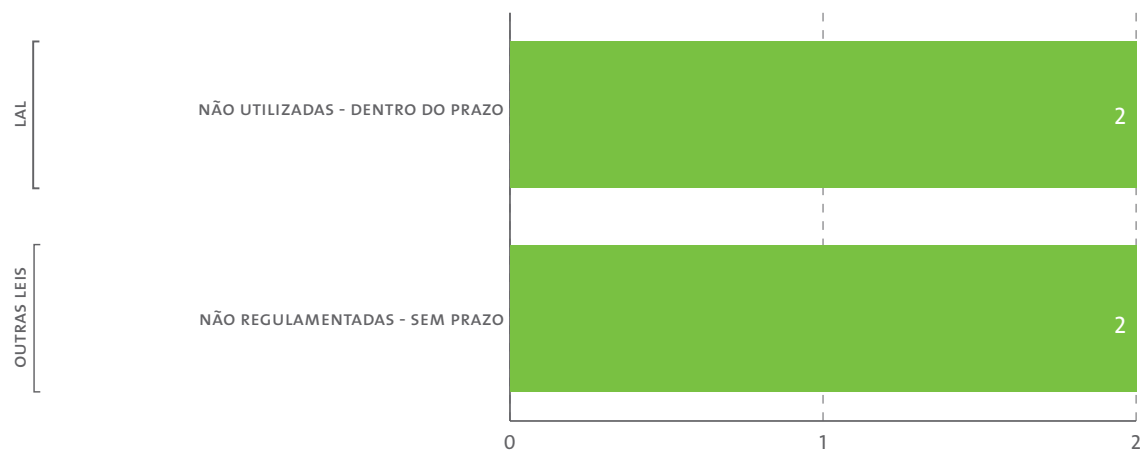
Quadro Estatístico

Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia⁽¹⁾

Leis/Ano			2010	Total
Leis de Autorização Legislativa (LAL)	Não utilizadas	Dentro do prazo	2	2
Outras Leis	Carecem de regulamentação	Não regulamentadas Sem prazo	2	2
Total			4	4

Leis de Autorização Legislativa | Outras Leis



[VOLTAR AO ÍNDICE](#)

Quadro Estatístico

Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

Comissão de Educação e Ciência⁽¹⁾

Leis/Ano		2010	Total
Outras Leis	Não carecem de regulamentação	3	3
Total		3	3

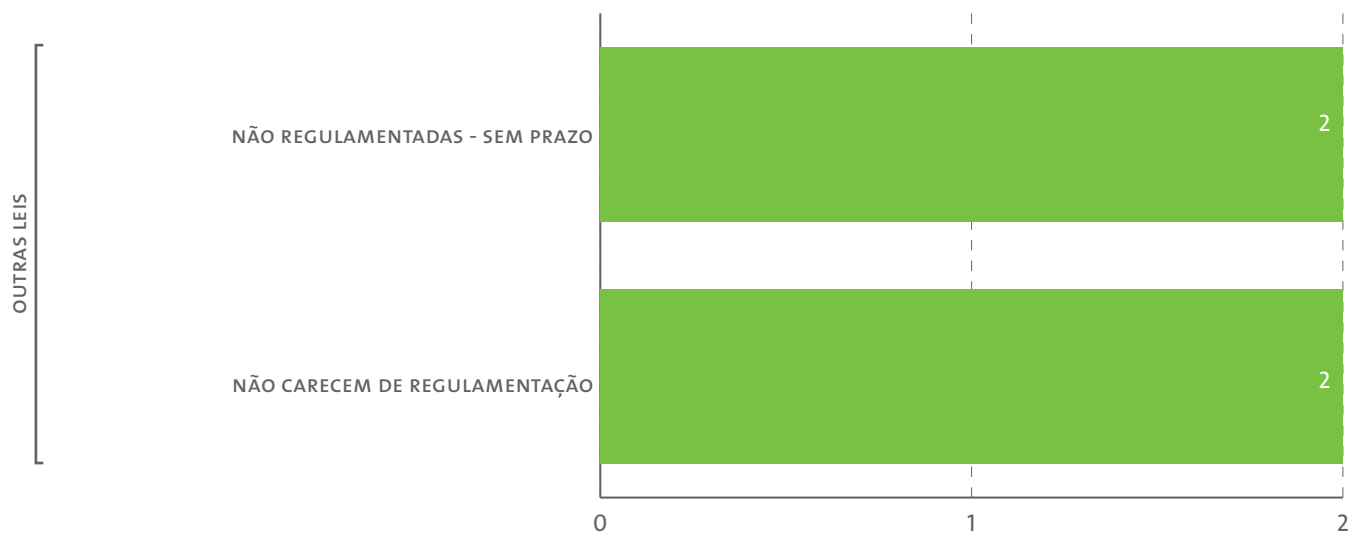
Quadro Estatístico

Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações⁽¹⁾

Leis/Ano				2010	Total
Outras Leis	Carecem de regulamentação	Não regulamentadas	Sem prazo	2	2
	Não carecem de regulamentação			2	2
Total				4	4

Leis de Autorização Legislativa | Outras Leis



[VOLTAR AO ÍNDICE](#)

Quadro Estatístico

Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

Comissão de Saúde⁽¹⁾

Leis/Ano		2010	Total
Outras Leis	Não carecem de regulamentação	1	1
Total		1	1

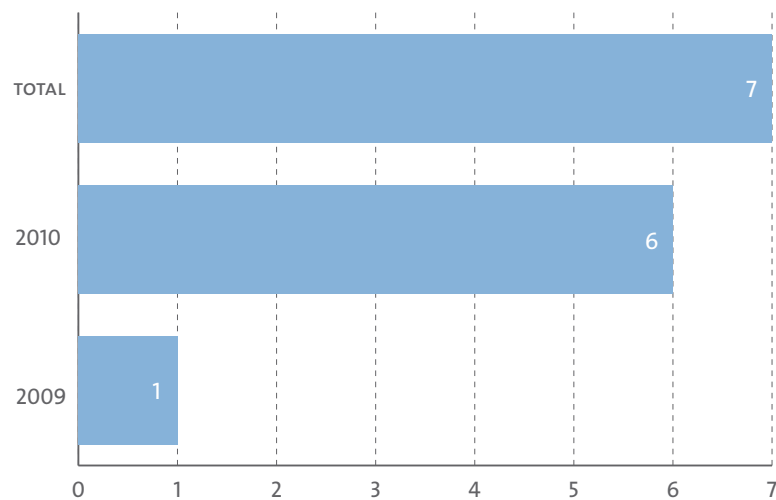
Quadro Estatístico

Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública⁽¹⁾

Leis/Anos		2009	2010	Total
Outras Leis	Não carecem de regulamentação	1	6	7
Total		1	6	7

Leis de Autorização Legislativa | Outras Leis por Ano



[VOLTAR AO ÍNDICE](#)

Quadro Estatístico

Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

Comissão de Ética, Sociedade e Cultura⁽¹⁾

Leis/Ano		2010	Total
Outras Leis	Não carecem de regulamentação	1	1
Total		1	1

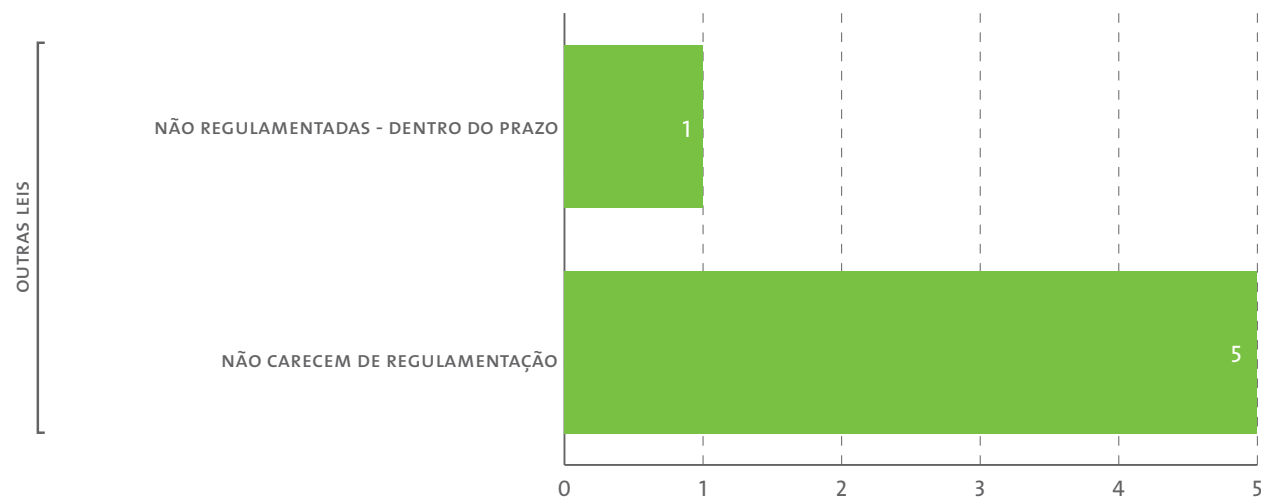
Quadro Estatístico

Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

Comissão Eventual para o Acompanhamento Político do Fenômeno da Corrupção e para a Análise Integrada de Soluções com vista ao seu Combate

Leis/Ano				2010	Total
Outras Leis	Carecem de regulamentação	Não regulamentadas	Dentro do prazo	1	1
	Não carecem de regulamentação			5	5
Total				6	6

Leis de Autorização Legislativa | Outras Leis



[VOLTAR AO ÍNDICE](#)

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
116/2009, de 23 de Dezembro	Prorroga por 360 dias o prazo de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro, que, no uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de Julho, aprova o Código Florestal	—	—	Não carece de regulamentação	Sem comissão
117/2009, de 29 de Dezembro	Segunda alteração à Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais	—	—	Não carece de regulamentação	CAOTPL
118/2009, de 30 de Dezembro	Segunda alteração à Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2009)	—	—	Não carece de regulamentação	COF
119/2009, de 30 de Dezembro	Primeira alteração à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, que estabelece uma nova data para a entrada em vigor do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social	—	—	Não carece de regulamentação	CTSSAP
1/2010, de 15 de Janeiro	Procede à primeira alteração à Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho, que «Aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Código do Registo Predial e o Código do Registo Civil, no cumprimento das medidas de descongestionamento dos tribunais previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2007, de 6 de Novembro, o Regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, procede à transposição da Directiva n.º 2008/52/CE, do Parlamento e do Conselho, de 21 de Março, e altera o Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro», estabelecendo um novo prazo para a sua entrada em vigor	—	—	Não carece de regulamentação	CACDLG
2/2010, de 15 de Março	Altera o artigo 22.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro	Artigo 2.º Produção de efeitos	19 de Abril de 2010 (30 dias)	DN n.º 18-A/2010, de 1 de Julho DR II S n.º 126 - Supl.	COF

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
LO 1/2010, de 29 de Março	Primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro (aprova a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, revogando a Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro)	—	—	Não carece de regulamentação	COF
3/2010, de 27 de Abril	Estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária	—	—	Não carece de regulamentação	COF
3-A/2010, de 28 de Abril	Grandes Opções do Plano para 2010-2013	—	—	Não carece de regulamentação	COF
3-B/2010, de 28 de Abril	Orçamento do Estado para 2010	Artigo 18.º Alteração à Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro (Artigo 35.º – Âmbito dos contratos de prestação de serviços)	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Port. n.º 371-A/2010, de 23 de Junho DR I S n.º 120	COF
		Artigo 20.º Alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro (Artigo 6.º – Contratos de prestação de serviços)	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	
		Artigo 23.º Admissão de pessoal	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	
		Artigo 24.º Actualização de suplementos remuneratórios	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	
		AL Artigo 33.º Descentralização de competências para os municípios	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	

(CONTINUA)
VOLTAR AO ÍNDICE

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
3-B/2010, de 28 de Abril (continuação)	Orçamento do Estado para 2010	AL Artigo 42.º Competência para autorização de despesas nas autarquias locais	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	COF
		AL Artigo 43.º Regulamentação das transferências para a comissão de benefícios sociais no âmbito das autarquias locais	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	
		Artigo 89.º Alteração ao Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro (Artigo 34.º – Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais)	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Port. n.º 467/2010, de 7 de Julho DR I S n.º 130	
		AL Artigo 94.º Autorização legislativa no âmbito do IVA	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	
		Artigo 100.º Alteração ao Código dos Impostos Especiais de Consumo – Decreto-Lei n.º 566/99, de 22 de Dezembro (Artigo 84.º – Restantes produtos de tabaco manufacturado)	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Port. n.º 250-A/2010, de 3 de Maio DR I S n.º 85 – Supl.	
		AL Artigo 112.º Benefícios fiscais para instrumentos de dívida pública destinados a jovens	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão	
3-B/2010, de 28 de Abril (continuação)	Orçamento do Estado para 2010	AL	Artigo 113.º Autorização legislativa para criação de medidas de incentivo fiscal para pequenas e médias empresas com capital disperso em mercado organizado	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	COF
		AL	Artigo 124.º Arbitragem em matéria tributária	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	
		AL	Artigo 127.º Autorização legislativa no âmbito do procedimento e processo tributário	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	
		AL	Artigo 128.º Autorização legislativa para alteração do Código de Processo nos Tribunais Administrativos	27 de Julho de 2010 (90 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	
		AL	Artigo 129.º Autorização legislativa no âmbito do Imposto sobre o Valor Acrescentado	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	
		AL	Artigo 130.º Autorização legislativa no âmbito dos impostos especiais de consumo	25 de Outubro de 2010 (180 dias)	DL n.º 73/2010, de 21 de Junho DR I S n.º 118	
			Artigo 131.º Regularização tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Port. n.º 260/2010, de 10 de Maio DR I S n.º 90	

(CONTINUA)
VOLTAR AO ÍNDICE

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
3-B/2010, de 28 de Abril (continuação)	Orçamento do Estado para 2010	AL Artigo 134.º Autorização legislativa para a criação do regime geral de taxas da administração do Estado	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	COF
		AL Artigo 135.º Autorização legislativa ao regime do IVA sobre o ISV	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	
		AL Artigo 142.º Contribuição para o audiovisual	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	
		Artigo 148.º Instituto Português de Acreditação	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	
		Artigo 156.º Verbas dos orçamentos dos governos civis relativas ao apoio a associações	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Desp. n.º 8764/2010, de 24 de Maio DR II S n.º 100 Desp. n.º 11848/2010, de 22 de Julho DR II S n.º 141	
		Artigo 162.º Alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, que aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Artigo 187.º – Entrada em vigor)	31 de Dezembro de 2010 (1 ano) ⁽²⁾	Dentro do prazo de regulamentação	
4/2010, de 5 de Maio	Inclusão nas bases de dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, nos boletins ou publicações temáticas sobre o desemprego, do estado civil do desempregado, ou situação equiparada, e da condição laboral do cônjuge	—	—	Não carece de regulamentação	CTSSAP

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
5/2010, de 5 de Maio	Estabelece um regime transitório e excepcional de apoio aos desempregados com filhos a cargo e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro	—	—	Não carece de regulamentação	CTSSAP
6/2010, de 7 de Maio	Inclui no escalão A de comparticipação os medicamentos queratolíticos e antipsoriáticos destinados aos doentes portadores de psoríase	—	—	Não carece de regulamentação	CS
7/2010, de 13 de Maio	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, que procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico	—	—	Não carece de regulamentação	CEC
8/2010, de 13 de Maio	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, que procede à alteração do Estatuto da Carreira Docente Universitária	—	—	Não carece de regulamentação	CEC
8-A/2010, de 18 de Maio	Aprova um regime que viabiliza a possibilidade de o Governo conceder empréstimos, realizar outras operações de crédito activas a Estados-membros da zona euro e prestar garantias pessoais do Estado a operações que visem o financiamento desses Estados, no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira	—	—	Não carece de regulamentação	COF
9/2010, de 31 de Maio	Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo	—	—	Não carece de regulamentação	CACDLG

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
10/2010, de 14 de Junho	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2005, de 10 de Fevereiro, sobre o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S. A., e estabelece a obrigatoriedade de acompanhamento médico a estes trabalhadores	—	—	Não carece de regulamentação	CTSSAP
11/2010, de 15 de Junho	Introduz uma nova taxa de IRS (no valor de 45%) para sujeitos passivos ou agregados familiares que obtenham rendimentos anuais superiores a (euro) 150 000	—	—	Não carece de regulamentação	COF
LO 2/2010, de 16 de Junho	Fixa os meios que asseguram o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução na Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de Fevereiro de 2010	—	—	Não carece de regulamentação	COF
12/2010, de 25 de Junho	Segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de Novembro, reconhecendo os títulos profissionais búlgaros e romenos e permitindo o exercício da profissão de advogado em Portugal	—	—	Não carece de regulamentação	CTSSAP
12-A/2010, de 30 de Junho	Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC)	—	—	Não carece de regulamentação	COF
13/2010, de 19 de Julho	Quinta alteração à Lei n.º 77/88, de 1 de Julho – Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR)	—	—	Não carece de regulamentação	COF

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
14/2010, de 23 de Julho	Revoga o Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de Setembro, que introduziu alterações nas bases do contrato de concessão do direito de exploração, em regime de serviço público, do terminal portuário de Alcântara	—	—	Não carece de regulamentação	COPTC
15/2010, de 26 de Julho	Introduz um regime de tributação das mais-valias mobiliárias à taxa de 20% com regime de isenção para os pequenos investidores e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e o Estatuto dos Benefícios Fiscais	—	—	Não carece de regulamentação	COF
16/2010, de 30 de Julho	Excepciona os bares, cantinas e refeitórios das associações sem fins lucrativos do regime geral de licenciamento	—	—	Não carece de regulamentação	CESC
17/2010, de 4 de Agosto	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/95, de 24 de Janeiro, em matéria de exercício da actividade de agente da propriedade industrial	Artigo 2.º Alteração ao Decreto-Lei n.º 15/95, de 24 de Janeiro (Artigo 2.º – Condições de acesso)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CAEIE
		Artigo 3.º Aditamento ao Decreto-Lei n.º 15/95, de 24 de Janeiro (Artigo 1.º- A – Formas e tramitação dos pedidos)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
18/2010, de 16 de Agosto	Autoriza o Governo a alterar o sistema de unidades de medida legais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/94, de 19 de Setembro, transpondo a Directiva n.º 2009/3/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março	Artigo 1.º Objecto	19 de Novembro de 2010 (90 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	CAEIE

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
19/2010, de 23 de Agosto	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março, que estabelece o regime jurídico e remuneratório aplicável à energia eléctrica e mecânica e de calor útil produzidos em cogeração, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro	Artigo único Alteração ao Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março (Artigo 4.º – Modalidades de regime remuneratório da produção em cogeração)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CAEIE
20/2010, de 23 de Agosto	Alarga o conceito de pequenas entidades para efeitos da aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho	—	—	Não carece de regulamentação	COF
21/2010, de 23 de Agosto	Integra o concelho de Mação na unidade territorial do Médio Tejo	—	—	Não carece de regulamentação	CAOTPL
22/2010, de 23 de Agosto	Alarga o âmbito da não tributação em sede de IVA das transmissões de livros a título gratuito, alterando o Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro	—	—	Não carece de regulamentação	COF
23/2010, de 30 de Agosto	Primeira alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, que adopta medidas de protecção das uniões de facto, terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de Outubro, que define e regulamenta a protecção na eventualidade da morte dos beneficiários do regime geral de segurança social, 53.ª alteração ao Código Civil e 11.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 142/73, de 31 de Março, que aprova o Estatuto das Pensões de Sobrevivência	—	—	Não carece de regulamentação	CACDLG
24/2010, de 30 de Agosto	Regula certos aspectos das condições de trabalho dos trabalhadores que prestam serviços transfronteiriços no sector ferroviário, transpondo a Directiva n.º 2005/47/CE, do Conselho, de 18 de Julho	—	—	Não carece de regulamentação	CTSSAP

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
25/2010, de 30 de Agosto	Estabelece as prescrições mínimas para protecção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações ópticas de fontes artificiais, transpondo a Directiva n.º 2006/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril	—	—	Não carece de regulamentação	CTSSAP
26/2010, de 30 de Agosto	Décima nona alteração ao Código de Processo Penal	—	—	Não carece de regulamentação	CACDLG
27/2010, de 30 de Agosto	Estabelece o regime sancionatório aplicável à violação das normas respeitantes aos tempos de condução, pausas e tempos de repouso e ao controlo da utilização de tacógrafos, na actividade de transporte rodoviário, transpondo a Directiva n.º 2006/22/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março, alterada pelas Directivas n.ºs 2009/4/CE, da Comissão, de 23 de Janeiro, e 2009/5/CE, da Comissão, de 30 de Janeiro	Artigo 7.º Sistema de classificação de riscos	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	COPTC
28/2010, de 2 de Setembro	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, que procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio	—	—	Não carece de regulamentação	CAOTPL
29/2010, de 2 de Setembro	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 33/2010, de 14 de Abril	—	—	Não carece de regulamentação	COPTC
30/2010, de 2 de Setembro	Protecção contra a exposição aos campos eléctricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos eléctricos	Artigo 2.º Limites de exposição humana	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CAOTPL

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
31/2010, de 2 de Setembro	Autoriza o Governo a criar um regime especial das expropriações necessárias à realização de infra-estruturas que integram candidaturas beneficiárias de co-financiamento por fundos comunitários, bem como das infra-estruturas afectas ao desenvolvimento de plataformas logísticas	Artigo 1.º Objecto	11 de Dezembro de 2010 (90 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	CAEIE
32/2010, de 2 de Setembro	Procede à 25.ª alteração ao Código Penal	—	—	Não carece de regulamentação	CACDLG
33/2010, de 2 de Setembro	Regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância (vigilância electrónica) e revoga a Lei n.º 122/99, de 20 de Agosto, que regula a vigilância electrónica prevista no artigo 201.º do Código de Processo Penal	—	—	Não carece de regulamentação	CACDLG
34/2010, de 2 de Setembro	Altera o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, no capítulo referente às garantias de imparcialidade (terceira alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro)	—	—	Não carece de regulamentação	CEAPFCAISVC
35/2010, de 2 de Setembro	Simplificação das normas e informações contabilísticas das microentidades	Artigo 6.º Regulamentação e entrada em vigor	17 de Outubro de 2010 (45 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	COF
36/2010, de 2 de Setembro	Altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (21.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro)	—	—	Não carece de regulamentação	CEAPFCAISVC
37/2010, de 2 de Setembro	Derrogação do sigilo bancário (21.ª alteração à Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 62/2005, de 11 de Março)	Artigo 3.º Norma transitória	1 de Novembro de 2010 (60 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	CEAPFCAISVC
38/2010, de 2 de Setembro	Altera o regime do controle público da riqueza dos titulares dos cargos políticos (quinta alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de Abril)	—	—	Não carece de regulamentação	CEAPFCAISVC

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
39/2010, de 2 de Setembro	Segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, e alterado pela Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro	—	—	Não carece de regulamentação	CEC
40/2010, de 3 de Setembro	Segunda alteração à Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, que aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e 26.ª alteração ao Código Penal	—	—	Não carece de regulamentação	CACDLG
41/2010, de 3 de Setembro	Procede à terceira alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, relativa a crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos	—	—	Não carece de regulamentação	CEAPFCAISVC
42/2010, de 3 de Setembro	Segunda alteração à Lei n.º 93/99, de 14 de Julho, que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal	—	—	Não carece de regulamentação	CEAPFCAISVC
43/2010, de 3 de Setembro	Altera o período das férias judiciais, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, e à quinta alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, revogando o Decreto-Lei n.º 35/2010, de 15 de Abril	—	—	Não carece de regulamentação	CACDLG
44/2010, de 3 de Setembro	Segunda alteração ao Regime Jurídico do Processo de Inventário, aprovado pela Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho	Artigo 1.º Alteração ao Regime Jurídico do Processo de Inventário (Artigo 21.º – Requerimento de inventário / Artigo 23.º – Relação de bens / Artigo 32.º – Avaliação dos bens previamente à conferência de interessados Artigo 75.º – Emolumentos e honorários Artigo 87.º – Entrada em vigor)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CACDLG

Diplomas de Regulamentação

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
44/2010, de 3 de Setembro (continuação)	Segunda alteração ao Regime Jurídico do Processo de Inventário, aprovado pela Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho	Artigo 2.º Aditamento ao regime jurídico do processo de Inventário (Artigo 6.º- A – Remessa do processo para tramitação judicial)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CACDLG
45/2010, de 3 de Setembro	Autoriza o Governo a alterar os Estatutos do Notariado e da Ordem dos Notários	Artigo 1.º Objecto	7 de Março de 2011 (180 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	CACDLG
46/2010, de 7 de Setembro	Procede à terceira alteração ao Regulamento de Matrícula dos Automóveis, Seus Reboques, Motociclos, Ciclomotores, Triciclos, Quadriciclos, Máquinas Industriais e Máquinas Industriais Rebocáveis, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de Dezembro, na redacção introduzida pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2002, de 16 de Abril, 109/2004, de 12 de Maio, 136/2008, de 21 de Julho, e 112/2009, de 18 de Maio, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 112/2009, de 18 de Maio, à décima alteração ao Código da Estrada e à terceira alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de Maio	Artigo 3.º Alteração ao Decreto-Lei n.º 112/2009, de 18 de Maio (Artigo 4.º- A – Pagamento de portagens)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	COPTC
		Artigo 6.º Norma transitória	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
47/2010, de 7 de Setembro	Redução do vencimento mensal íliquido dos membros das Casas Civil e Militar do Presidente da República, dos gabinetes dos membros do Governo, dos gabinetes dos Governos Regionais, dos gabinetes de apoio pessoal dos presidentes e vereadores de câmaras municipais e dos governos civis	—	—	Não carece de regulamentação	COF

Notas

(1) Quando uma iniciativa foi distribuída a duas comissões, apenas foi contabilizada a comissão que procedeu à respectiva redacção final.

(2) O Orçamento do Estado para 2010 só foi publicado em 28 de Abril de 2010, pelo que vigorará, excepcionalmente, apenas durante o período de 8 meses e 3 dias.

Abreviaturas Utilizadas

ACR	Artigos que carecem de regulamentação
AL	Autorização Legislativa
AV.	Aviso
CACDLG	Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
CADRP	Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
CAE	Comissão de Assuntos Europeus
CAEIE	Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia
CAOTPL	Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local
CDN	Comissão de Defesa Nacional
CEAPFCAISVC	Comissão Eventual para o Acompanhamento Político do Fenómeno da Corrupção e para a Análise Integrada de Soluções com Vista ao seu Combate
CEC	Comissão de Educação e Ciência
CESC	Comissão de Ética, Sociedade e Cultura
CNECP	Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
COF	Comissão de Orçamento e Finanças
COPTC	Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações
CS	Comissão de Saúde
CTSSAP	Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública
DC	Despacho Conjunto
Desp.	Despacho
DL	Decreto-Lei
DN	Despacho Normativo
DR	Diário da República
D. Reg.	Decreto Regulamentar
LAL	Lei de Autorização Legislativa
LO	Lei Orgânica
Port.	Portaria
RAR	Resolução da Assembleia da República
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
Reg.	Regulamento
Supl.	Suplemento